



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO¹

Emitente: Controladoria Geral Interna

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Gestor responsável: Hilário Roepke

Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades executadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, nas suas diversas áreas de atuação, Auditoria Interna, Controle Interno, Corregedoria e Ouvidoria. Contendo as informações acerca dos procedimentos e das ações previstas no Plano Anual de Auditoria Interna de 2023, instituído pelo Decreto nº 179/2023, executadas no exercício, com os elementos da Instrução Normativa TC nº 68/2020 do TCEES, o qual previa ações de auditoria e pontos de controle a serem executados por esta Controladoria Geral junto ao Instituto de Previdência, ao Fundo Municipal de Saúde e à Prefeitura Municipal, como também outras ações que se fizeram necessárias durante o exercício.

1.1. Quadro de pessoal

Os dados dos servidores que atuaram na Controladoria Interna, no exercício de 2023, estão relacionados na tabela abaixo:

¹ Artigo 43, VI da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Nome	Vínculo	Cargo/Função	Formação
Sebastião Luiz Siller	Comissionado	Controlador Geral Interno	Ciências Contábeis
Daniela Holz	Comissionado	Coordenadora de Ouvidoria	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
Alaelio Braz Daleprane	Efetivo em Cargo Comissão	Corregedor	Direito
Luiz Gustavo Cordeiro Fassarella	Função Gratificada	Assistente de Controladoria Interna	Tecnólogo em Gestão Pública, Direito, MBA em Administração Pública
Jacson Herbst	Função Gratificada	Assistente de Controladoria Interna	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
Ewerton Lyrio Nascimento	Função Gratificada	Assistente de Controladoria Interna	Ciências da Computação, Licenciatura em Informática e Tecnólogo em Desenvolvimento de Software.
Priscila Jacob Knaak	Efetiva	Auditora Pública Interna	Administração, Ciências Contábeis, Direito, MBA em Gestão de Pessoas

1.2. Auditorias previstas no PAAI/2023

Com as seguintes ações previstas para a Prefeitura Municipal além daquelas que serão objeto de informação junto ao Reluci:

- Ação nº 001 - Auditoria de Monitoramento, junto ao Instituto de Previdência, Fundo Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal

Objetivo: Avaliação da transparência na gestão - instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais, execução orçamentária, prestação de contas e outros.

- Ação nº 002 - Monitoramento de auditoria

Objetivo: Avaliar a aplicação das recomendações da auditoria 001/17 (Processo nº 6.705/17) no Departamento de Recursos Humanos.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

- **Ação nº 004 - Monitoramento de auditoria**

Objetivo: Avaliar a aplicação das recomendações da auditoria 003/17 (Processo nº 7.257/18) no Departamento de Compras e Comissão de Licitação, sobre dispensa e inexigibilidade de licitação

- **Ação nº 005 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas saneadoras que foram tomadas em relação a legislação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Santa Maria de Jetibá, de acordo com processo TC nº 5.584/2015 (Processo nº 15.619/18).

- **Ação 006 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas saneadoras que foram adotadas pelo Ente Municipal de acordo com Acórdão TC 1.058/2017 - Primeira Câmara - TCE-ES -, determinação de medidas administrativas para correções de irregularidades apontadas no .Processo TC 1.669/17 (Processo Municipal nº 17.740/17).

- **Ação 007 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo Administrativo nº 004385/2019, em que estabelece a decisão final, objeto da Tomada de Contas Especial nº 001/2019.

- **Ação 008 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo Administrativo nº 006077/2019, em que estabelece a decisão final, objeto da Tomada de Contas Especial nº 002/2019.

- **Ação 009 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo Administrativo nº 007653/2019, em que estabelece a decisão final, objeto da Tomada de Contas Especial, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo,



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

ACÓRDÃO TC-108/2019, Processos nº 00963/2018-1e nº 06450/2014-7.

- **Ação 010 - Acompanhamento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo referente ao Plano de Ação do SIAFIC - Decreto Federal nº 10.540/2020.

- **Ação 011 - Acompanhamento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo referente ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - eprevenção.

- **Ação 012 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo TC nº 4548/2015 e nº 3466/2020, Acórdão nº 781/2021-7, referente a auditoria atinente à Administração Tributária.

- **Ação 013 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Medidas adotadas referente a Auditoria Extraordinária Processo nº 5.007/2021.

- **Ação 014 - Monitoramento de Auditoria**

Objetivo: Medidas adotadas referente a Auditoria Extraordinária Processo nº 10.778/2021.

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Passemos a relatar os achados e informações referentes a cada ação anteriormente citadas:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

➤ **Ação 001 - Auditoria de Conformidade - Transparência na Gestão**

Não foram realizados os Procedimentos de Auditoria e Monitoramento previstos no PAAI 2023, tendo em vista a instauração de Auditoria Extraordinária sobre realização de eventos no Município.

Considerando ainda que atualmente o quadro de auditores se encontra somente com um profissional e, está em fase de conclusão do concurso público para ingresso de novos profissionais, as ações previstas foram postergadas para o próximo PAAI.

➤ **Ação 002 - Monitoramento de auditoria 001/2017 no Departamento de Recursos Humanos - Processo nº 6705/2017**

Não foram realizados os Procedimentos de Auditoria e Monitoramento previstos no PAAI 2023, tendo em vista a instauração de Auditoria Extraordinária sobre realização de eventos no Município.

Considerando ainda que atualmente o quadro de auditores se encontra somente com um profissional e, está em fase de conclusão do concurso público para ingresso de novos profissionais, as ações previstas foram postergadas para o próximo PAAI.

➤ **Ação nº 004 - Monitoramento de Auditoria Processo nº 7257/2018**

Não foram realizados os Procedimentos de Auditoria e Monitoramento previstos no PAAI 2023, tendo em vista a instauração de Auditoria Extraordinária sobre realização de eventos no Município.

Considerando ainda que atualmente o quadro de auditores se encontra somente com um profissional e, está em fase de conclusão do concurso público para ingresso de novos profissionais, as ações previstas foram postergadas para o próximo PAAI.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

➤ **Ação 005 - Monitoramento de Auditoria**

A ação de auditoria nº 006 prevista no PAAI/22, com intuito de promover o monitoramento das ações determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Processo TC nº 5584/2015, Acórdão TC 1151/2017 - Plenário, Termo de Notificação 3461/2017 (Processo Interno nº 10.351/2018) dirigido ao Prefeito Municipal, Hilário Roepke, e o Termo de Notificação 03427/17 ao Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais oficiado à Prefeitura Municipal através do Processo Interno nº 15.619/2018. Complementam para análise do presente, os Processos Internos nº 10.351/2018, 14.009/2018, 15.619/2018, 13.642/2019, 4.858/2020, 5.317/2020, 10.234/2020, 1.237/2021, 11.457/2021, 5.469/2022, 11.692/2022 e 11.699/2022.

O objeto em questão já fora monitorado por ação de auditoria nº 004 no PAAI/2020 Decreto nº 370/20 e nº 006 do PAAI/2021 Decreto 10.556/2021. As ações 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14 e 15 foram sanadas, conforme apontado nos monitoramentos anteriores. As demais ações determinadas pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo, estão descritas nesta Ação de Auditoria.

Desta forma passemos a verificação por tópico conforme apresentado no Anexo 2 do termo de notificação apresentado acima no Processo nº 10.351/2018, daqueles que ainda não haviam sido conclusos no relatório anterior. Desta forma este relatório é complementar aos anteriores.

1. Proceda com a reavaliação da legislação previdenciária local, no sentido de que passe a dispor expressamente quanto à exigência de laudo médico conclusivo a ser expedido por junta médica, composta de três médicos, com, ao menos, um especialista na área e/ou especialização em perícia médica, preferencialmente, por médico ou junta médica diversa daquela que concedeu o ato originário;

Monitoramento de auditoria:

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais oficiou o Poder Executivo através do Processo nº 14.009/2018 solicitando que fosse analisado a alteração da Lei Municipal nº 1.311/2011, visando adequações ora recomendadas pela Corte de Contas.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Em 08 de junho de 2022 através do Processo nº 10.351/2018 foi aprovada a Lei Municipal nº 2.561/2022. Tal legislação possui em seu art. 1º a previsão de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente, através de laudo conclusivo expedido por Junta Médica, composta por 3(três) médicos:

Art. 1º A concessão de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho assim como o benefício de pensão por morte instituídos com fundamento na condição de incapaz ou de inválido do beneficiário, dependerão de laudo conclusivo, expedido por Junta Médica, composta por 3 (três) médicos, com ao menos um especialista na área objeto da incapacidade e/ou especialização em perícia médica.

Ainda em seu art. 2º prevê a revisão periódica a ser realizada conforme:

Art. 2º Os segurados do Regime Próprio de Santa Maria de Jetibá, os aposentados por incapacidade permanente para o trabalho ou que recebam pensão por morte na condição de incapazes e/ou inválidos, deverão ser submetidos à revisões periódicas com intervalos máximos de 02 (dois) anos, por meio de laudo conclusivo, expedido por Junta Médica, composta por 3 (três) médicos, com ao menos um especialista na área objeto da incapacidade e/ou especialização em perícia médica.

§ 1º Não poderão participar da Junta Médica revisora profissionais que participaram da perícia médica que ensejou a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho ou pensão por morte.

§ 2º A vedação constante no parágrafo anterior será afastada quando restar demonstrada a impossibilidade de realização de revisão de benefício sem a participação de profissional que já tenha avaliado o segurado.

§ 3º Os peritos responsáveis pela concessão do benefício poderão fixar prazo para revisão do ato, diverso do estabelecido no *caput*, desde que não seja superior a 2 (dois) anos.

§ 4º A avaliação periódica de que trata o *caput* deste artigo poderá ser dispensada nas hipóteses em que o exame médico pericial declare a absoluta incapacidade de recuperação da higidez física ou mental, conforme regerà lei específica.

A recomendação fora atendida com a sanção da Lei. Portanto, recomendamos que seja verificado quanto a composição/contratação da Junta Médica e a efetividade da ação, a **inserção no PAAI/23 para monitoramento** por este Controle Interno, à **inclusão deste relatório no Relaci** a ser enviado ao Tribunal de Contas referente ao ano de 2022.

2. Discipline a revisão e respectiva periodicidade dos atos concessórios de aposentadoria por invalidez, não superior a dois anos, por meio de junta médica, composta na forma acima, sob pena de suspensão do pagamento do benefício previdenciário;

Monitoramento de auditoria:



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais oficiou o Poder Executivo através do Processo nº 15.619/2018 apresentando minutas de projetos de leis para atender as recomendações constantes da Notificação nº 03427/2017 da Corte de Contas. Dentre as minutas se encontra a que promoverá o Procedimento de Revisão das Aposentadorias por Invalidez e das Pensões de Beneficiários Inválidos.

Em 27 de dezembro de 2021 foi aprovada a Lei Complementar nº 2.511/2021 (Processo nº 4.858/2020). Tal legislação possui em seu art. 13 a previsão de avaliação periódica nos seguintes termos:

Art. 13 O benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho deve ser mantido enquanto subsistir a situação de invalidez que lhe deu causa, devendo o segurado menor de 65 (sessenta e cinco) anos, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se a avaliação periódica, que será de realização obrigatória no mínimo a cada 02 (dois) anos, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria aferindo a permanência da condição de inválido para o exercício do cargo, conforme rege lei específica.

§ 1º A avaliação periódica de que trata o caput deste artigo poderá ser dispensada nas hipóteses em que o exame médico pericial declare a absoluta incapacidade de recuperação da higidez física ou mental, conforme rege lei específica.

§ 2º O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Maria de Jetibá, ao tomar conhecimento de que o aposentado por incapacidade permanente voltou a exercer qualquer atividade laboral, inclusive em cargo eletivo ou em comissão, procederá de imediato com a instauração de processo administrativo, objetivando a suspensão do benefício.

§ 3º O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que recuperar sua capacidade para o exercício do cargo será submetido ao processo de reversão ao serviço ativo.

A Lei Municipal nº 2.561/2022 prevê em seu art. 2º a disposição quanto à revisão dos atos de aposentadoria por invalidez, nos seguintes termos:

Art. 2º Os segurados do Regime Próprio de Santa Maria de Jetibá, os aposentados por incapacidade permanente para o trabalho ou que recebam pensão por morte na condição de incapazes e/ou inválidos, deverão ser submetidos à revisões periódicas com intervalos máximos de 02 (dois) anos, por meio de laudo conclusivo, expedido por Junta Médica, composta por 3 (três) médicos, com ao menos um especialista na área objeto da incapacidade e/ou especialização em perícia médica.

Neste sentido, a recomendação fora atendida com a sanção da Lei. Portanto, recomendamos que seja verificado quanto a composição/contratação da Junta Médica e efetividade da atividade, a **inserção no PAAI/23 para monitoramento** por este Controle



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Interno, à **inclusão deste relatório no Relaci** a ser enviado ao Tribunal de Contas referente ao ano de 2022.

3. Adote guias de pagamento e de informações previdenciárias, nos moldes da Guia de Previdência Social - GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para recolhimento e controle individualizado das contribuições previdenciárias devidas pelos órgãos e entidades da Administração Municipal, conforme estabelecido no artigo 48 da Orientação Normativa MPS/SPS 02/2009;

Monitoramento de auditoria:

Conforme disposição da Orientação Normativa MPS/SPS 02/2009, a seguir transcrita, temos:

Art. 48. O repasse das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS deverá ser feito por documento próprio, contendo as seguintes informações: I - identificação do responsável pelo recolhimento, competência a que se refere, base de cálculo da contribuição recolhida, contribuição dos segurados, contribuição da entidade, deduções de benefícios pagos diretamente e, se repassadas em atraso, os acréscimos; e II - comprovação da autenticação bancária, do recibo de depósito ou recibo da unidade gestora.

§ 1º Em caso de parcelamento deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando o termo de acordo, o número da parcela e a data de vencimento.

§ 2º Outros repasses efetuados à unidade gestora, tais como os aportes ou a cobertura de insuficiência financeira, também deverão ser efetuados em documentos distintos.

Desta forma o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais oficiou o Poder Executivo através do Processo 15.619/2018 apresentando minutas de projetos de leis para atender as recomendações constantes da Notificação nº 03427/2017 da Corte de Contas. Dentre estas minutas se encontra a que “Dispõe sobre a Instituição do Sistema Único de Arrecadação de Receitas Previdenciárias e dá outras Providências”. A minuta proposta consagrou-se na Lei Municipal nº 2.266/2019.

Em parecer da Secretária de Administração à fl. 089 do Processo nº 10351/2018, a mesma relata o que segue:

“Esclarecemos que as Guias de Pagamento da Previdência Social - GPS são geradas por sistema próprio SEFIP, no qual é encaminhado as informações e o próprio sistema gera a guia de pagamento GPS.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Entretanto, o Instituto de Previdência - IPS não possui sistema similar a SEFIP, por essa razão, não foi possível implantar a Guia de Pagamento de Previdência nos mesmos moldes.

Buscamos soluções, a Prefeitura juntamente com o Instituto - IPS implantou uma rotina no qual a Gerência de Recursos Humanos envia dados de contribuições previdenciárias dos servidores efetivos até o dia 05 de cada mês, de posse dessas informações o IPS gera boletos bancários para que a Prefeitura pague as contribuições previdenciárias mensais.

Assim, os pagamento de previdência não serão realizados por depósitos bancários e sim por pagamento de boletos.”

A operacionalização do recolhimento das Contribuições está sendo realizado através de boletos bancários, conforme comprovantes anexos às fls. 085 a 089 do Processo nº 11.692/2022 e fls. 079 a 87 do Processo nº 1.699/2022.

Portanto, recomendo à **inclusão no Relaci** a ser enviado ao Tribunal de Contas referente ao ano de 2022, informando sobre o **recolhimento através de Boleto Bancário de Receitas Previdenciárias, bem como as informações constantes desta.**

Recomendar ao **Prefeito Municipal**:

4. Elabore projeto de lei e encaminhe ao Legislativo com vistas à reavaliação da legislação previdenciária local, no sentido de que passe a dispor expressamente quanto à exigência de laudo médico conclusivo a ser expedido por junta médica, composta de três médicos, com, ao menos, um especialista na área e/ou especialização em perícia médica, preferencialmente, por médico ou junta médica diversa daquela que concedeu o ato originário;

Monitoramento de auditoria:

Conforme relatado no item 1, através do Processo nº 10.351/2018 foi aprovada a Lei Municipal nº 2.561/2022.

A recomendação fora atendida com a sanção da Lei.

Conforme informado pela Secretária de Administração à fl. 094 do Processo nº 10.351/2018, foi aberto um novo Processo para contratação de Junta Médica. Portanto, recomendamos que seja verificado quanto a efetividade da atividade, a **inserção no PAAI/23 para monitoramento** por este Controle Interno, à **inclusão deste relatório no Relaci** a ser enviado ao Tribunal de Contas referente ao ano de 2022.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

5. Elabore projeto de lei e encaminhe ao Legislativo com o objetivo de disciplinar a revisão e respectiva periodicidade dos atos concessórios de aposentadoria por invalidez, não superior a dois anos, por meio de junta médica, composta na forma acima, sob pena de suspensão do pagamento do benefício previdenciário;

Monitoramento de auditoria:

Conforme já relatado no item 2, foi aprovada a Lei Complementar nº 2.511/2021. Tal legislação possui em seu art. 13 a previsão de avaliação periódica.

A Lei Municipal nº 2.561/2022 contempla em seu art. 2º as determinações do item em questão. Assim a recomendação fora atendida com a sanção da Lei.

Recomendamos que seja verificado quanto a efetividade da Junta Médica, a **inserção no PAAI/23 para monitoramento** por este Controle Interno, à **inclusão deste relatório no Relaci** a ser enviado ao Tribunal de Contas referente ao ano de 2022.

CONCLUSÃO

Concluimos que foram atendidas as proposições legais ora determinadas, carecendo algumas de implementação operacional, assim recomendamos:

- I. Demonstre a efetiva atuação da **junta médica** quanto ao laudo médico conclusivo e ainda a revisão nos períodos determinados pela Lei por meio da junta médica - **IPS e Secadm**;
- II. Demonstre o efetivo **recadastramento anual** dos segurados do regime próprio - **IPS**;
- III. Demonstre a realização do último **censo previdenciário** - **Secadm**;
- IV. Demonstre o **acesso irrestrito à base** cadastral informatizada dos servidores ativos e dependente pelo RPPS - **Secadm**;
- V. Apresente documentos quanto ao registro de **informações previdenciárias**, quanto ao tempo de contribuição anterior a admissão do **servidor efetivo**, na **forma declaratória** - **Secadm**;



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

VI. Recomendamos ciência do Sr. Prefeito Municipal, do Diretor do Instituto de Previdência e da Secretária de Administração.

Situação Atual:

No exercício de 2023, foi solicitada informações quanto as recomendações acima, através do processo administrativo sob o nº 002168/2024, no qual nos informou no processo nº 10.351/2018, fl. 104, as seguintes informações:

À CONTROLADORIA GERAL,

Em resposta a alguns implementações operacional que necessitavam ser atendidas, esclarecemos:

1. Informações que foi realizado processo licitatório e contratado novamente a junta médica composta por três profissionais. As perícias de servidores do município estão agendadas para ocorrer na data de 15/03/2024.
2. Ação deve ser realizada pelo IPS.
3. Informamos que o censo previdenciário estão sendo organizado para ocorrer até julho de 2024.
4. Ação ainda não foi desenvolvida considerando ser necessário adaptação do sistema de Folha de Pagamento e há diversas dúvidas sobre o assunto.
5. A Gerência de Recursos Humanos está providenciando a Declaração de Informações Previdenciárias para solicitar aos servidores que serão nomeados e empossados nos concursos públicos realizados pelo município.

Recomendação: Inserção no PAAI/24 para monitoramento.

➤ **Ação 007 - Monitoramento de Auditoria**

O presente relatório trata-se de ação de auditoria nº 009 prevista no PAAI/22, com intuito de promover o monitoramento das ações determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Processo TC nº 4533/2019-3 Acórdão TC 683/2021-3 Primeira Câmara (Processo Interno nº 4385/2019), Processo TC nº 8994/2018-1 - Acórdão TC 1907/2018-6 - Primeira Câmara, dirigidos ao Prefeito Municipal Hilário Roepke.

Através do Acórdão TC 1907/2018-6 - Primeira Câmara - foi determinado ao atual Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, senhor HILÁRIO ROEPKE, que adote as **medidas administrativas necessárias à apuração dos indícios de irregularidade relatados pelo Controle Interno**, com as observações contidas na Manifestação Técnica n. 1325/2018, a fim de identificar os responsáveis, quantificar o débito e obter o ressarcimento. Caso a adoção de



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

medidas administrativas seja insuficiente, **que proceda à instauração de Tomada de Contas Especial**, respeitando os procedimentos e prazos previstos na Instrução Normativa TC n. 32/2014, devendo comunicar as providências realizadas na próxima prestação de contas a ser enviada ao Tribunal.

Desta forma instaurada por meio do Decreto nº 393, de 08 de abril de 2019 a Tomada de Contas Especial – TCE.

No OFÍCIO Nº 694/2019/SECGAB/PMSMJ de 03/09/2019, encaminhou a Tomada de Contas Especial nº 01/2019, ao Tribunal de Contas em 09/09/2019.

Através do despacho 24717/2020, o Conselheiro Relator declarou a revelia do Sr. Wilson Berger.

Os autos retornaram à Comissão de Tomada de Contas Especial e Controle Interno do Município de Santa Maria de Jetibá a fim de esgotar as medidas administrativas que visam identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o respectivo ressarcimento (Decisão Monocrática 00551/2020-2).

O Prefeito Municipal, Sr. Hilário Roepcke instituiu, para este propósito, por meio do Decreto PMSMJ Nº 590/2020 nova Comissão de Tomada de Contas Especial.

Ao final dos trabalhos desta nova Comissão, nessa complementação da apuração dos possíveis danos e respectivos responsabilizados, o município de Santa Maria de Jetibá aplicou **a penalidade de inidoneidade à empresa Delair Maria Corona Wolfgram ME** e realizou a cobrança amigável do Sr. Wilson Berger, em face da inscrição em dívida ativa, no valor de **R\$ 268.207,55** (valor apurado pela Comissão de Tomada de Contas).

A empresa Delair Maria Corona Wolfgram - ME apresentou defesa junto a Corte de Contas.

Desta forma através do **ACÓRDÃO TC-683/2021-3** 1ª Câmara foi **CONDENADO** o **Sr. Wilson Berger**, Revel, com fulcro no artigo 114, parágrafo único da LCE 621/2012 (LOTCEES), ao pagamento da **multa individual R\$ 2.000,00** (dois mil reais), bem como, ao **ressarcimento de dano ao Erário Municipal**, determinado pela Comissão de Tomada de Contas Especial (instituída pelo Decreto Municipal PMSMJ Nº 903/2019), no seu Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial, no valor de **R\$ 268.207,53** (Duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e sete reais e cinquenta e três centavos), **equivalente a 78.384,29 VRTE's (2019)**, julgando irregulares suas contas, tendo em vista o cometimento de infrações



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

que causaram injustificável dano ao erário, presentes no item 4 da ITC, com fundamento no artigo 84, inciso III, alíneas “c”, “d” e “e”, da LC 621/2012.

ACOLHER as razões de justificativa apresentadas pela empresa **Delair Maria Corona Wolfgram – ME**, **afastando sua responsabilização quanto à obrigação de ressarcir ao erário municipal**, com fulcro no artigo 852 da LEI COMPLEMENTAR 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES).

No monitoramento realizado no PAAI/2021 o relatório consta as seguintes informações:

“O Valor fora inscrito em Conta Contábil conforme nota de lançamento contábil nº 03506/2019.

Cabe esclarecer que o monitoramento de auditoria realizado neste se encontra somente no escopo posterior ao da realização da Tomada de Contas Especial e ao Relatório da Unidade de Controle Interno sobre a mesma. Desta forma analisaremos o ressarcimento ao erário devido conforme apurado.

Assim após Despacho do Controlador Geral o Processo nº 4385/2019 fora encaminhado a Secfaz para inclusão na dívida ativa não tributária. A Secfaz procedeu a feitura de Guia de Agrupamento de Dívida Ativa em 24/08/2020 no valor de R\$ 268.207,53. Ocorre que o valor não fora devidamente atualizado, pois o período entre o relatório da TCE e o momento do lançamento 01/08/2019 a 24/08/2020 não fora observado. Para tanto observa-se que o valor do VRTE já havia aumentado.

E ainda, **recalcular os juros de mora em razão do acréscimo do tempo** desde que foi calculado pela Comissão de Tomada de Contas Especial em conformidade com as disposições contidas na IN 32/2014 do TCE e Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo).

Ocorre que a não feitura da atualização demandada acarreta em ressarcimento a menor ao erário público.

Fora procedido o aviso de cobrança amigável ao Sr. Wilson Berger (03/09/2020).

Após consta a certidão de dívida ativa 0002/2021, acrescida de multa e juros previstos na Lei Municipal nº 1876/2016.

A CDA fora judicializada (Execução Fiscal) através do Processo nº 5000467-86.2021.8.08.0056 tendo como valor da causa R\$ 311.120,73, o qual se encontra em andamento na Justiça Estadual.

Consta ainda no referido Processo o apensamento do requerimento realizado pela empresa Delair Maria Corona Wolfgram no Processo nº 6277/2021, o qual foi indeferido, conforme Ofício nº 1061/2021.

Recomendamos que o presente relatório seja de ciência do Sr. Prefeito Municipal, após o mesmo seja encaminhado a Secretaria de Fazenda para manifestação.

Que o mesmo seja relatado no Relaci do ano de 2021 para informar ao Tribunal de Contas do Estado, ainda seja incluído nas ações de monitoramento de auditoria do PAAI/22.

Diligencie-se aos setores responsáveis.

É o relatório.”

Desta forma no Processo nº 2.138/2023 foi respondido pela Secretaria de Fazenda que o Processo nº 6.077/19, 7.653/19 e 4.385/19 ainda não foram resolvidos em razão de haver processos de cobrança judicial e parcelamentos.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Recomenda-se, portanto, manter o **monitoramento em 2024, referente ao processo 4.385/2019.**

➤ **Ação 008 - Monitoramento de Auditoria**

O presente relatório trata-se de ação de auditoria nº 010 prevista no PAAI/22, com intuito de promover o monitoramento das ações determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Processo TC nº 1671/2016-1 - Acórdão TC 1901/2018-6 - Primeira Câmara (Processo Interno nº 6077/2019), Processo TC nº 13787/2019-4 - Termo de Notificação nº 1089/2020-8 - Acórdão TC 573/2020-9 - Segunda Câmara (Processo Interno nº 8307/2020), dirigidos ao Prefeito Municipal Hilário Roepke.

Através do Acórdão TC 1901/2018-6 - Primeira Câmara - foi determinado ao atual Prefeito do Município a instauração de Tomadas de Contas Especial em virtude da representação realizada pelo Parquet Local com fito de apurar lesão ao erário causado por vícios no projeto e posterior execução da obra de construção do Portal Turístico de Santa Maria de Jetibá.

Foram tomadas as medidas para instauração da TOMADA DE CONTAS ESPECIAL através do Decreto Municipal nº 766/2019, em atendimento a Instrução Normativa SCI nº 007/2013, versão 03.00 do Município de Santa Maria de Jetibá, Instrução Normativa TC nº 32/2014, Lei Estadual nº 621/2012 e Lei Municipal nº 2126/2018.

A Comissão de Tomadas de Contas Especial apurou lesão ao patrimônio público municipal no importe de R\$ 60.809,38 atualizados até a data de 02 de dezembro de 2019, imputando ao Sr. Eduardo Stuhr a responsabilidade pelo ressarcimento.

No monitoramento realizado no PAAI/2021 o relatório consta as seguintes informações:

“O Valor fora inscrito em Conta Contábil conforme nota de lançamento contábil nº 03559/2019.

Assim, através do **Processo TC nº 13787/2019-4 - Termo de Notificação nº 1089/2020-8 - Acórdão TC 573/2020-9 - Segunda Câmara fora notificado a Prefeitura Municipal acerca da responsabilidade de promover o ressarcimento e ainda determinar que comprove na próxima Prestação de Contas Anual o efetivo recebimento do ressarcimento ou providências administrativas e ou judiciais adotadas.**

Cabe esclarecer que o monitoramento de auditoria realizado neste se encontra somente no escopo posterior ao da realização da Tomadas de Contas Especial e ao Relatório da



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Unidade de Controle Interno sobre a mesma. Desta forma analisaremos o ressarcimento ao erário devido conforme apurado.

Fora solicitado pelo causador do dano ao erário, através do Processo nº 10474/2020 o parcelamento da dívida, o qual foi efetivado através do TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA devidamente assinado.

Conforme Relatório à fl. 326 podemos apurar que, os débitos vem sendo pagos mensalmente conforme estipulado no Termo de Confissão de Dívida.

Contudo **não fora observado** a orientação dada pela Corte de Contas no Acórdão 573/2020 (fl. 310) **onde era necessário recalcular os juros de mora em razão do acréscimo do tempo, e ainda considerar o VRTE do momento em que a dívida fora liquidada ou parcelada**, conforme abaixo transcrevo parte da decisão:

O valor do débito atualizado monetariamente não se confunde, não se altera, não se exclui ou afasta necessariamente os juros de mora, conforme jurisprudência já pacificada desta Corte. Assim, no presente caso, observa-se que o valor do débito (11.206,72 VRTE = R\$30.113,58 ÷ 2,6871), já mantém preservado o seu valor quando convertido pelo índice oficial de correção (a VRTE de 2015) adotado pelo governo do Espírito Santo, de tal forma que o valor corrigido corresponde atualmente a R\$39.317,65 (considerando a VRTE de 2015 - 3,5084), **sendo necessário, no caso, recalcular os juros de mora em razão do acréscimo do tempo desde que foi calculado pela Comissão de Tomada de Contas Especial (15/01/2015 a 02/12/2019)**. Logo, se o valor do débito, considerando a data do pagamento, corresponde a 11.206,72 VRTE, este é o índice a ser utilizado para atualiza-lo monetariamente ao presente (ou ao futuro, se for o caso) – e, evidentemente, este é o índice a ser considerado no caso do art. 9º da IN 32/2014.

Ocorre que a não feitura da atualização demandada acarreta em ressarcimento a menor ao erário público.

Recomendamos que o presente relatório seja de ciência do Sr. Prefeito Municipal, após o mesmo seja encaminhado a Secretaria de Fazenda para manifestação.

Que o mesmo seja relatado no Relaci do ano de 2021 para informar ao Tribunal de Contas do Estado, ainda seja incluído nas ações de monitoramento de auditoria do PAAI/22.

Diligencie-se aos setores responsáveis.

É o relatório.”

Desta forma no Processo nº 2.138/2023 foi respondido pela Secretaria de Fazenda que o Processo nº 6.077/19, 7.653/19 e 4.385/19 ainda não foram resolvidos em razão de haver processos de cobrança judicial e parcelamentos.

Recomenda-se, portanto, manter o **monitoramento em 2023**.

Situação Atual:

Em 2023, os processos sob os números 6.077/2019 e 7.653/2019, foram devidamente quitados pelos devedores, conforme informações contidas nos processos nº 004490/2023 e 004492/2023, com as devidas comprovações, encaminhadas pela Secretaria de Fazenda e encaminhamento ao Ministério Público do Contas, informando sobre o ressarcimento, através do OFÍCIO Nº 205/2024/SECGAB/PMSMJ, protocolo TC 04262/2024-2 e OFÍCIO Nº 204/2024/SECGAB/PMSMJ, protocolo TC 04261/2024-8.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

➤ **Ação 009 - Monitoramento de Auditoria**

O presente relatório trata-se de ação de auditoria nº 011 prevista no PAAI/22, com intuito de promover a avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo quanto ao determinado pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo através do Ofício nº 2081/2019-1 - Processo nº 10311/2019-5 e Acórdão TC 108/2019 - Plenário - Processos nº 0963/2018-1 e nº 6450/2014-7 - Pedido de Reexame, protocolizados através do nº 7653/2019, dirigidos ao Prefeito Municipal Hilário Roepke.

Processos TC nº 0963/2018-1 e 6450/2014-7 - Acórdão TC 108/2019 - Plenário
- Pedido de Reexame - Dar Provimento - Reformar os Termos do Acórdão TC nº 996/2017-
1 - 2ª Câmara, Converter a Representação em Tomada de Contas Especial - Imputar
Ressarcimento - Aplicar Multa - Encaminhar ao MPEC - Ciência.

Trata o presente **TERMO DE NOTIFICAÇÃO** expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo direcionado ao Prefeito Municipal Hilário Roepke, para que dê cumprimento a decisão proferida pelo TCEES no Acórdão TC 108/2019, que imputou o ressarcimento ao erário municipal, **em solidariedade**, no valor de R\$ 13.153,70 (5.217,65 VRTE's) ao **Sr. Eduardo Stuhr** e ao **Sr. Alaélcio Braz Daleprane** e, o valor de R\$ 30.736,70 (12.192,26 VRTE's) ao **Sr. Eduardo Stuhr**.

No monitoramento realizado no PAAI/2021 o relatório consta as seguintes informações:

“Em 24 de julho de 2019 os Sr. Eduardo Stuhr foi oficiado pelo Município, Ofício nº 557/2019/SECGAB/PMSMJ, fl. 020/021, bem como o Sr. Alaélcio Braz Daleprane, Ofício nº 558/2019/SECGAB/PMSMJ, fl. 022/023.

No dia 05 de setembro de 2019 o Sr. Eduardo Stuhr, através do processo nº 10447/2019, apresentou manifestação e impugnação ao ofício nº 557/2019/SECGAB/PMSMJ, referente ao ressarcimento que lhe fora atribuído por meio do Acórdão TC 108/2019. A manifestação de impugnação não foi acatada por este Ente.

O Sr. Alaélcio Braz Daleprane através do processo nº 7800/2020, solicitou a suspensão do feito até que seja proferida a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, onde o mesmo impetrou com ação judicial com fito de revisão da decisão do TCE ES. Os autos demonstram que solicitação não fora acatada.

Em 23 de dezembro de 2020, o Sr. Eduardo Stuhr protocolizou junto ao município sob nº 10464/2020, pedido de suspensão de cobrança de documentos de arrecadação municipal, informando que havia ajuizado Ação Anulatória com pedido de Tutela Provisória de Urgência junto à 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registro Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES. O pedido não foi acolhido por esta municipalidade.

Em análise aos autos que originaram esta Ação de Auditoria, verificamos que fora emitida as DAM's conforme cópia as fls. 044 e 045, e entregues via Correios de acordo



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

com os Avisos de Recebimento à fl. 046, ao Sr. Eduardo Stuhr em 15/12/2020 no valor de R\$61.596,45 e R\$ 13.180,04 e ao Sr. Alaelio Braz Daleprane no importe de R\$ 13.180,04 em 10/12/2020.

Foi informado pela Superintendência de Tributação à fl 051, que os valores foram inscritos em Dívida Ativa Não-Tributária, e que o Sr. Eduardo Stuhr efetuou o parcelamento da referida dívida em 14/07/2021, e que conforme fls. 048 e 049, verifica-se que o mesmo vem efetuando o pagamento regularmente.

Já em relação ao Sr. Alaelio Braz Daleprane, a Superintendência de Tributação à fl 051, informa que até o presente momento o mesmo não compareceu para efetuar negociação, e que será efetuada a Execução Judicial.

Este monitoramento de auditoria observou que não houve a regular atualização e de juros após a decisão do TCE e a efetiva cobrança, assim o valor do VRTE já havia aumentado. E ainda, é necessário recalcular os juros de mora em razão do acréscimo do tempo em conformidade com as disposições contidas na IN 32/2014 do TCE e Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo).

Ocorre que a não feita da atualização demandada acarreta em ressarcimento a menor ao erário público.

Houve ainda a informação a fl. 051 de uma possível adulteração nas folhas processuais. Recomendamos que o presente relatório seja de ciência do Sr. Prefeito Municipal. Que o mesmo seja relatado no Relaci do ano de 2021 para informar ao Tribunal de Contas do Estado, ainda seja incluído nas ações de monitoramento de auditoria do PAAI/22.

Após diligencie-se aos setores responsáveis para apresentar as informações e providências necessárias.

É o relatório.”

Desta forma no Processo nº 2.138/2023 foi respondido pela Secretaria de Fazenda que o Processo nº 6.077/19, 7.653/19 e 4.385/19 ainda não foram resolvidos em razão de haver processos de cobrança judicial e parcelamentos.

Recomenda-se, portanto, manter o **monitoramento em 2023**.

Situação Atual:

Em 2023, os processos sob os números 6.077/2019 e 7.653/2019, foram devidamente quitados pelos devedores, conforme informações contidas nos processos nº s 004490/2023 e 004492/2023, com as devidas comprovações, encaminhadas pela Secretaria de Fazenda, e encaminhamento ao Ministério Público do Contas, informando sobre o ressarcimento, através do OFÍCIO Nº 205/2024/SECGAB/PMSMJ, protocolo TC 04262/2024-2 e OFÍCIO Nº 204/2024/SECGAB/PMSMJ, protocolo TC 04261/2024-8.

Também, foi proferida a Decisão Monocrática 00331/2024-2, referente ao **PEDIDO DE REEXAME - QUITAÇÃO - PUBLICAR - DAR CIÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO - ARQUIVAR**, com a seguinte disposição:

“.....determino que seja dada **QUITAÇÃO** aos senhores **Eduardo Stuhr e Alaelio Braz Daleprane**, em solidariedade, no valor de 5.217,65 VRTE, bem como ao Senhor Eduardo Stuhr no valor de 12.192,26 VRTE referente aos ressarcimentos a eles imputados.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Por fim, publique-se esta decisão, dando-se ciência ao Ministério Público de Contas, promovendo-se após, o **ARQUIVAMENTO** dos autos, conforme art. 330, inciso IV, RITCEES, sem baixa da multa/responsabilidade quanto ao inadimplemento da multa aplicada ao senhor Alaélis Braz Daleprane, pautado no art. 1º, alínea b, inciso II da Lei 7.727/04 c/c art. 330 do RITCEES.”

➤ **Ação 013- Monitoramento de Auditoria**

Não foram realizados os Procedimentos de Auditoria e Monitoramento previstos no PAAI 2023, tendo em vista a instauração de Auditoria Extraordinária sobre realização de eventos no Município.

Considerando ainda que atualmente o quadro de auditores se encontra somente com um profissional e, está em fase de conclusão do concurso público para ingresso de novos profissionais, as ações previstas foram postergadas para o próximo PAAI.

➤ **Ação 014 - Monitoramento de Auditoria**

O presente relatório trata-se de ação de monitoramento de auditoria extraordinária realizada em 2021, decorrente de denúncia realizada na ouvidoria quanto à concessão de placa de táxi.

O relatório de auditoria inicial consta no Processo nº 10.778/2021.

Foram consideradas neste monitoramento informações obtidas através dos Processos nº 10.778/2021, 5.524/2021, 9.585/2021 e 1.150/2023.

Através do Processo Administrativo nº 10778/2021 aberto em 02/12/2021 objetivou-se o Relatório Preliminar de Auditoria Extraordinária, a qual após análise de vários processos concluiu-se o seguinte:

“4. ACHADOS

Em decorrência da investigação das questões apresentadas, foram obtidos os achados a seguir descritos de forma generalizada para o questionamento apresentado.

1. Falta de documentos exigidos pela Lei Municipal nº 152/1993
2. Falta de documentos exigidos pela Lei Federal nº 12.468/2011
3. Indícios de simulação de negócio jurídico
4. Indícios de cessão irregular da autorização concedida
5. Lei Municipal conflitante com decisão adotada pelo STF na ADI nº 5337/DF
6. Falta de observação pela Administração Municipal do requisito que deve constar na CNH para atividade remunerada, Lei nº 9503/1997 e Resolução Contran nº 598/2016



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

7. Falta de normatização dos procedimentos a serem seguidos para autorização do serviço
8. Falta de segregação de função e rotação de pessoal no processo de autorização de transporte individual de passageiros.

EFEITOS:

Autorização irregular ou ilegal.

4.1 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

1. Recomenda-se a abertura de sindicância, especialmente para os Processos:

- ✧ Processos nº 4.744/2021 e 4.745/2021
- ✧ Processos nº 4.823/2021 e 4.821/2021
- ✧ Processos nº 2.845/2021, 5.524/2021, 9.585/2021 e 9.936/2021
- ✧ Processos nº 3.079/2021, 9.572/2021 e 9.875/2021
- ✧ Demais Processos que possam vir a ser identificados com situação análoga.

Assim nos termos dispostos na Lei Municipal nº 331 de 09 de outubro de 1997 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá - ES, in verbis:

“Art. 186 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a **apuração imediata em processo administrativo**, assegurando-se ao acusado ampla defesa.”

Ainda o Estatuto dos Servidores Federais (Lei nº 8112/1990) é mais específico ao tratar do assunto nos termos do art. 143:

“Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, **mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar**, assegurada ao acusado ampla defesa.”

A finalidade da recomendação é a de obter informações ou esclarecimentos necessários para determinar o verdadeiro significado dos fatos denunciados, com observância da ampla defesa e do contraditório, o que se torna de difícil execução nesta auditoria em virtude do quantitativo dos quadros de servidores atuais para esta função e ainda por não estar vinculado a este setor a função de correição deste Poder.

Ainda é oportuno mencionar que **seja verificado também pelo procedimento de sindicância as condutas dos agentes públicos** correlacionados aos Processos.

Ainda cabe mencionar o entendimento do STJ sobre a legalidade do procedimento, a saber:

“Inexiste ilegalidade na instauração de Sindicância Investigativa e processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, por conta do poder-dever de autotutela imposto à Administração (art. 143 da Lei 8.112/1990) (MS 9.421/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Terceira Seção, julgado em 22/08/2007, DJ 17/09/2007, p. 201)”

2. Seja requerido a **Secretaria Jurídica manifestação quanto a extensão e os efeitos da decisão do STF no ADI nº 5337/DF** sobre as autorizações concedidas nos termos ora dispostos.

3. Recomenda-se a análise quanto a **alteração da legislação municipal** afim de adequar-se ao entedimento atual e as legislações pertinentes.

4. Recomenda-se a **normatização dos procedimentos** a serem adotados para novas autorizações dos serviços.

5. **Regulamentação da certificação** prevista no art. 3º, IV da Lei Federal nº 12.468/2011 e da Lei Municipal nº 152/1993 em seu art. 40.

6. Recomenda-se adoção de **política formal de rotação de pessoal** nos cargos que possuem funções com poder de decisão capazes de realizar, facilitar ou dificultar atos de fraude e corrupção e/ou ocultação e ainda **instituição de segregação de funções** para que a tomada de decisão não esteja concentrada em um funcionário (Guia de Integridade Pública - CGU).

7. Recomenda-se a adoção de **procedimentos que garantam a isonomia da escolha dos pretendentes** a autorização, conforme voto do Ministro Fux:

“[...] é imprescindível que algum processo seletivo – e.g. credenciamento, chamamento público – seja adotado, de modo a distanciar a decisão



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

administrativa final das vontades subjetivas do agente público que a exterioriza.”

8. Recomenda-se a verificação pela administração das outras autorizações, quanto ao preenchimento dos requisitos legais para a continuação da mesma. Para tanto, recomenda-se a **realização do recadastramento dos atuais autorizados a exercer a atividade.**

9. Recomenda-se ainda a **suspensão temporária de novas autorizações.** até que seja alterado a legislação atual e seja procedida a normatização dos procedimentos.

9. Recomendamos o **imediato conhecimento desse relatório à Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES** - de acordo com Art. 74, §1º da Constituição Federal:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

10. Recomendamos o **imediato envio desse relatório ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo;**

Passemos a análise da Proposta de Encaminhamento apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria Extraordinária:

✧ **Item 1 - abertura de sindicância referente aos processos nº 4.744/2021 e 4.745/2021; nº 4.823/2021 e 4.821/2021; nº 2.845/2021, 5.524/2021, 9.585/2021 e 9.936/2021; nº 3.079/2021, 9.572/2021 e 9.875/202 e demais processos que possam vir a ser identificados com situação análoga.**

Foi instaurada a abertura de Sindicância através do Decreto nº 578/2022 datado de 23/05/2022. A Comissão nomeada através do decreto nº 989/2021 executou a Sindicância no período de 24/05/2022 à 24/10/2022, onde ouviu-se os agentes envolvidos, chegando a seguinte conclusão:

“ANÁLISE DAS PROVAS E DEFESA ESCRITA

A Ouvidoria tem como finalidade viabilizar os direitos dos cidadãos de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito da administração.

Todavia, toda denúncia, reclamação ou até mesmo sugestão, devem ser tratadas com muito esmero, vez que tais atos podem estar agasalhados de tendências não legítimas. No caso em tela, após recebimento da denúncia, procedeu-se uma auditoria extraordinária onde vislumbrou-se diversos achados, evidenciando possíveis irregularidades por supostos atos praticados por agentes públicos.

Assim, seguindo o curso regular para consecução de um resultado real e objetivo, achou-se necessário apuração através de Sindicância.

Preliminarmente deve ser esclarecido que a Administração Municipal, desde tempos não faz cumprir a legislação que disciplina a **“autorização para exploração de veículos de aluguel destinados ao transporte individual de passageiros”**. A inércia não é atual, ou seja, desde a promulgação da Lei, no ano de 1993 até a presente data não são verificados os requisitos previstos em Lei. Algumas ações para o correto



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

cumprimento da Lei deixaram de ser realizadas ao longo do tempo, motivo pelo qual os veículos e seus condutores (defensores), labutam sem qualquer orientação ou regulação do poder público.

Nas circunstâncias atuais, como se apresenta, a “**exploração de transporte coletivo e individual de passageiros**”, regulada pela **Lei Municipal 152, de 24 de novembro de 1993**, à luz desta, não se pode atribuir culpa ao Administrador atual, vez que a desmazela vem se perpetuando desde a promulgação da mencionada Lei. Entende-se que falta a regular aplicação das normas, vez que estas existem, somente não foram utilizadas.

O gestor público deve ficar atento a alguns fundamentos que norteiam o bom desempenho de sua atividade no setor público. Os cinco princípios básicos da Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No caso em tela, parece que alguns deles caíram no esquecimento, motivo pelo qual o serviço em debate apresenta-se ofertado com deficiência e carente de requisitos essenciais para sua eficaz prestação.

Entendemos que o momento não é de procurar responsáveis ou culpados pelo desordem apresentada e sim, firmar comprometimento entre as partes para um desenvolvimento eficaz dos serviços o que traria como resposta o cumprimento fiel dos princípios administrativos.

Avaliando os elementos trazidos aos autos, não há contemplação de crime contra a administração pública, havendo, como relatado, simplesmente uma desordem no tocante ao desenvolvimento das ações e consequente falta de delegações destas.

A Administração Municipal não possui o condão de proteger seus agentes que porventura cometam atos irregulares. Todavia, a sucessão de administrações faz perecer o dever de responsabilizar seus gestores pretéritos pelos atos de omissão ocorridos.

Vislumbra-se a inexistência de prejuízo sofrido por contribuinte ou terceiros, o que geraria um dever de indenizar por parte da administração. Frisa-se isso pois não há qualquer pleito no sentido pecuniário nos autos.

Assim, ante o exposto, considerando o conjunto probatório acostado aos autos, onde verifica-se a falta de provas para confirmação do alegado na denúncia no tocante à prática de crime de prevaricação ou qualquer outro crime contra a administração pública, a Comissão Especial de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, por unanimidade de seus membros, através deste que subscreve, **DELIBERA em não atribuir qualquer punição administrativa a servidores mencionados na referida denúncia, SUGERINDO, outrossim, o acatamento na íntegra das recomendações enumeradas de 01 à 10, contidas às fls. 037-039, apontadas com muito esmero pela eminente Auditora Pública Interna**, entendendo que o fiel cumprimento destas, regularizará de forma eficiente os serviços de **exploração de transporte coletivo e individual de passageiros e suas concessões**.

Quanto ao servidor, **Sr. Arno Braun**, detentor de concessão **irregular**, tendo em vista que o mesmo exerce cargo de livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Executivo Municipal, **SUGERIMOS a imediata EXONERAÇÃO** ad nutum do mesmo ou, dando-lhe a oportunidade de permanecer como servidor público com a condicionante de renunciar a condição de **CONCESSIONÁRIO**.

Sugiro, outrossim, que tal medida seja posta em prática o mais rápido possível, haja vista a incompatibilidade legal dos ofícios.

A luz do Art. 194 da mencionada Lei, segue os autos ao Chefe do Poder Executivo para conclusões.

Sugiro que os autos sejam remetidos ao Eminentemente representante do Parquet.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

É o relatório.”

Portanto, a sindicância foi realizada.

✧ **Item 2** - Seja requerido a Secretaria Jurídica manifestação quanto a extensão e os efeitos da decisão do STF no ADI nº 5337/DF sobre as autorizações concedidas nos termos ora dispostos.

A Secretaria Jurídica se manifestou no Processo Administrativo nº 10.778/2021, onde teceu as seguintes considerações:

“[...]

Assim, entendeu o STF que é impossível que as concessões para exploração do serviço de táxi sejam transferidas a terceiros, seja por troca, permuta, venda ou direito de herança.

Ocorre que vários atos administrativos foram praticados durante a vigência dos dispositivos declarados inconstitucionais, atos estes que produziram seus efeitos jurídicos, que no presente caso, representam em verdade, a concessão de direito que afeta diretamente a subsistência de famílias, posto que, os detentores das concessões, ao menos na realidade dos municípios do interior, retiram da atividade o sustento da família.

Denota-se que o julgado do STF não module efeitos, apenas reconhece a inconstitucionalidade dos dispositivos acima indicados, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI.

Não obstante, deve-se interpretar o caso de acordo com todo o conjunto de regras e normas constitucionais, posto que muitos atos foram praticados a luz da redação declarada inconstitucional, gerando outros atos em cadeia, como, famílias que hoje são sustentadas com a atividade concedida, aquisições de veículos, etc;

Assim, a constituição garante que não se prejudicará “direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, conforme estabelece o inciso XXXVI do artigo 5º da CRFB.”

A transferência das concessões, guardam ainda texto autorizativo na Lei Municipal 152/93, em seus artigos 45-A.

Assim, em que pese a declaração de inconstitucionalidade declarada pelo STF por meio da ADI 5337/DF, entendo que os atos praticados, até a realização da presente auditoria, devem permanecer válidos, sob pena de infringência de outros princípios constitucionais, como do direito adquirido.

No entanto, nos processos que deverão ser objeto de sindicância, nos termos indicados pelo controle interno, a decisão sobre a validade ou não dos referidos atos, devem ser objeto de análise nos respectivos processos administrativos (recomendação 02).”

Portanto, entendemos que a recomendação foi cumprida.

✧ **Item 3** - Recomenda-se a análise quanto a alteração da legislação municipal afim de



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

adequar-se ao entedimento atual e as legislações pertinentes.

Informado pela Secretaria Jurídica no Processo Administrativo nº 10.778/2021, que, “A partir da análise do presente processo, observa-se que a lei municipal 152/93 de fato, necessita ser atualizada, a fim de não causar embaraço, o projeto de lei caminhará em processo próprio, destacado do presente.”

Situação Atual:

Em 2023, o Município encaminhou ao Legislativo Municipal em 28 de julho de 2023, protocolado no respectivo Poder Legislativo sob o nº 000784 de 03/08/2023, a mensagem e o Projeto de Lei, do novo marco legal, fls. 152/169.

Em 06 de setembro de 2023, o Prefeito Municipal solicitou ao Presidente do Legislativo o referido projeto de Lei, através do OFICIO Nº 719/2023/SECGAB/PMSMJ.

A devolução em atendimento ao ofício acima foi atendido através do OFICIO Nº 166/2023/SA/CMJSMJ, protocolado neste município sob o nº 009047/2023.

Em 11 de outubro de 2023, foi reenviado ao Poder Executivo o novo Projeto de Lei, por meio do processo nº 009047/2023, fls. 037/054, protocolado no respectivo Poder Legislativo sob o nº 001004/2023 de 16/10/2023.

Em 14 de dezembro de 2023, o Prefeito Municipal solicitou mais uma vez ao Presidente do Legislativo o referido projeto de Lei, através do OFICIO Nº 1025/2023/SECGAB/PMSMJ.

A devolução em atendimento ao ofício acima foi atendido através do OFICIO Nº 272/2023/SA/CMJSMJ, protocolado neste município sob o nº 016486/2023.

Manter em MONITORAMENTO PAAI/2024.

✧ **Item 4 - Recomenda-se a normatização dos procedimentos a serem adotados para novas autorizações dos serviços.**

A Secretaria Jurídica informa que, “Com a atualização da legislação municipal, haverá a necessidade de se criar procedimentos, sendo que haverá a atualização da legislação, a regulamentação dos procedimentos já se fará com base na nova legislação.”

Contudo até a presente data não foi realizada.

✧ **Item 5 - Regulamentação da certificação prevista no art. 3º, IV da Lei Federal nº12.468/2011**



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

e da Lei Municipal nº 152/1993 em seu art. 40.

A Secretaria Jurídica informa que “Igualmente o referido será objeto de processo autônomo, podendo ser ainda disciplinado na nova lei de que trata o item 3.4.”

Contudo até a presente data não foi realizada.

- ✧ **Item 6** - Recomenda-se adoção de política formal de rotação de pessoal nos cargos que possuem funções com poder de decisão capazes de realizar, facilitar ou dificultar atos de fraude e corrupção e/ou ocultação e ainda instituição de segregação de funções para que a tomada de decisão não esteja concentrada em um funcionário (Guia de Integridade Pública - CGU).

Não há manifestação sobre este item.

- ✧ **Item 7** - Recomenda-se a adoção de procedimentos que garantam a isonomia da escolha dos pretendentes a autorização;

Informado pela Secretaria Jurídica que “Considerando que as novas concessões estão temporariamente suspensas, opina-se que somente sejam retomadas após a aprovação da atualização da legislação municipal, por meio de publicação de edital que deverá garantir isonomia entre os interessados.”

Até a presente data não houve nova regulamentação e tampouco publicação de edital que pudesse garantir a isonomia.

Assim foi observado que no **Processo nº 5.524/2021** foi concedido autorização ao Sr. Matheus Januario da Silva pelo Alvará nº 006/2022 de 22/02/2022, ou seja, após a ciência do relatório de auditoria. Portanto, **recomenda-se a ciência dos órgãos de Controle Externo.**

- ✧ **Item 8** - Recomenda-se a verificação pela administração das outras autorizações, quanto ao preenchimento dos requisitos legais para a continuação da mesma. Para tanto, recomenda-se a realização do recadastramento dos atuais autorizados a exercer a atividade.

A Secretaria Jurídica manifestou-se da seguinte forma:

“Considerando os achados na auditoria, o recadastramento, como orientado pelo



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

controle interno, é u a forma de atualizar as informações e corrigir possíveis irregularidades.

Sendo assim, recomendo à SECTRAN que realize o recadastramento dos atuais autorizados, devendo a secretaria analisar se os autorizados preenchem todas as exigências legais para a atividade.”

Por sua vez, a Secretaria de Transporte manifestou-se a fl.105 que não foi possível concluir o recadastramento dos taxistas até o presente momento.

- ✧ **Item 9** - Recomenda-se ainda a suspensão temporária de novas autorizações, até que seja alterado a legislação atual e seja procedida a normatização dos procedimentos.

Em despacho de Secretário de Fazenda no Processo Administrativo nº 10.778/2021, o mesmo encaminha no dia 23/12/2021 o referido processo à Superintendência de Tributação, para ciência do Item 9 pelo servidores que emitem Alvará, os quais tomaram ciência na mesma data.

Já a Secretaria de Transportes tomou ciência no dia 17/01/2022, conforme despacho no processo à fl. 051.

Assim conforme relatado no item 7, houve a autorização ao Sr. Matheus Januario da Silva pelo Alvará nº 006/2022 de 22/02/2022.

- ✧ **Item 10** - Recomendamos o imediato conhecimento desse relatório à Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES e o imediato envio desse relatório ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Em análise ao Processo Administrativo nº 107.78/2021, através do OF/PMSMJ/CONTROLADORIA Nº. 011/2021 foi encaminhado o Relatório ao TCEES, protocolizado sob o nº 26.697/2021-8.

Em análise ao Processo Administrativo nº 10.778/2021, através do OF/PMSMJ/CONTROLADORIA Nº. 012/2021 foi encaminhado o Relatório ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo na data de 02/12/2021 através de e-mail. Em decorrência tramita no MPES o Procedimento Preparatório nº 2021.0025.9500-14.

CONCLUSÃO



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

De acordo com a análise efetuada observou-se que não foram concluídos:

1. **Item 3, 4, 5 ,6 e 7 - não houve alteração da Lei Municipal nº 152/93 e quanto as regulamentações não foram realizadas;**
2. **Item 8 - Recadastramento dos atuais autorizados não foi efetivado;**
3. **Item 9 - Suspensão temporária de novas autorizações - mesmo após a suspensão de novas concessões, fora concedida nova Placa de Táxi.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, recomendamos que o **Prefeito Municipal** tenha conhecimento deste relatório, e também que deem ciência aos demais interessados, especialmente ao **Ministério Público Local e à Corte de Contas.**

3. OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

3.1 Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

No exercício de 2023 não foram instaladas Tomadas de Contas Especial na Unidade Gestora.

3.2. Instruções Normativas do Sistema SCI - Revisadas/Criadas

I.N - SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA - SSP - 008-2023 - VERSÃO 01 - Regulamenta os
--



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

procedimentos para encaminhamento e agendamento de pacientes para realização de consultas especializadas, exames e procedimentos gerenciados pela Central Municipal de Regulação e encaminhamento à Rede Estadual de Saúde

I.N - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - SCI - 011-2015 - VERSÃO 08 - Fixa para para Encerramento de Exercício 2023.

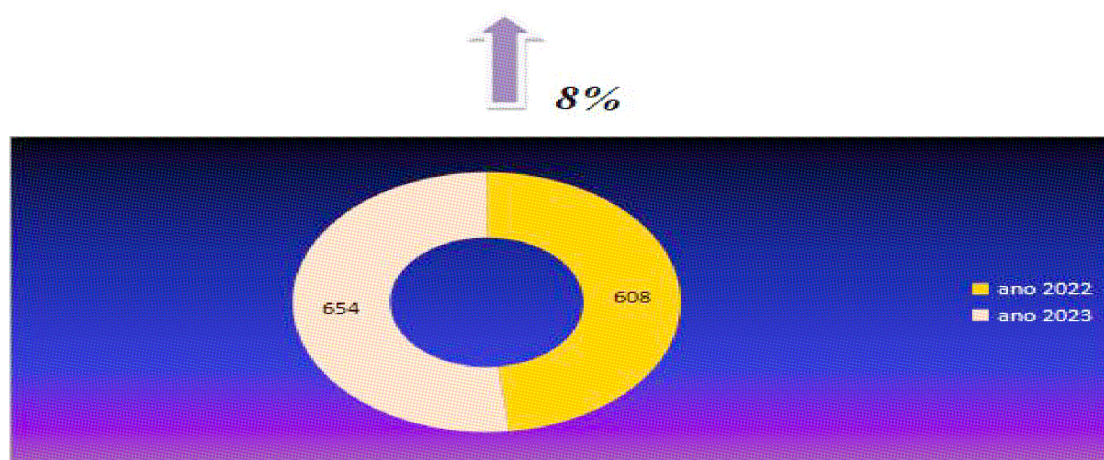
I.N - SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA - SSP - 004/2017 - VERSÃO 02 - Dispõe sobre orientações e procedimentos para o funcionamento, o controle e a distribuição de medicamentos e a distribuição de material médico-hospitalar.

I.N - SISTEMA DE PATRIMÔNIO - SPA - 004/2017 - VERSÃO 02 - Dispõe sobre orientações e procedimentos para desapropriação de imóveis.

3.3. Ouvidoria e do Pedido de Acesso à Informação

No ano de 2023, a Ouvidoria Municipal de Santa Maria de Jetibá recebeu diversas manifestações através do Sistema FalaBR do Governo Federal, dentre outros canais de ouvidoria, trabalhando sempre para atender o melhor possível o usuário(cidadão) nos seus direitos e fazendo cumprir as obrigações a quem mereça.

Logo abaixo, temos os dados comparativos da quantidade recebida em 2022 com crescimento de 8% em 2023, considerando que os dados são relativos à todas as ouvidorias recebidas independentemente da Unidade Gestora Responsável.



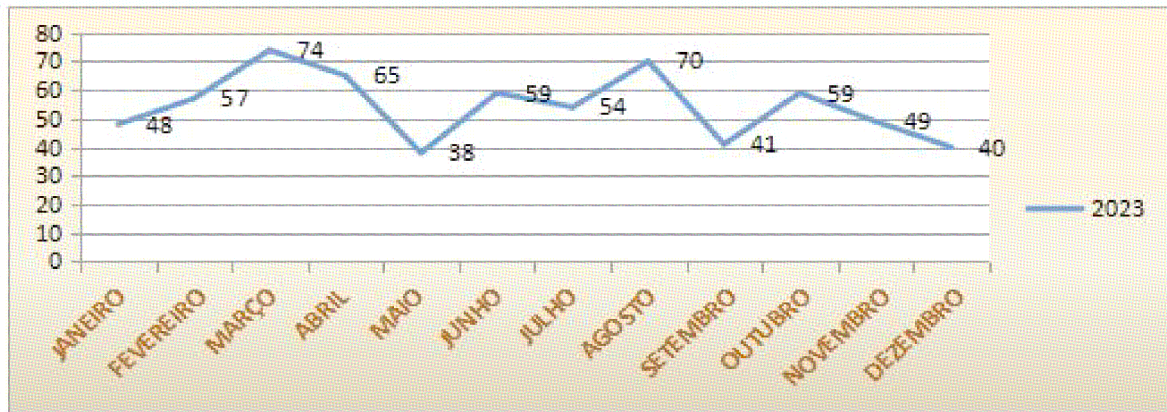
Fonte: Painel resolven (CGU)

Gráfico 1 – Quadro comparativo



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

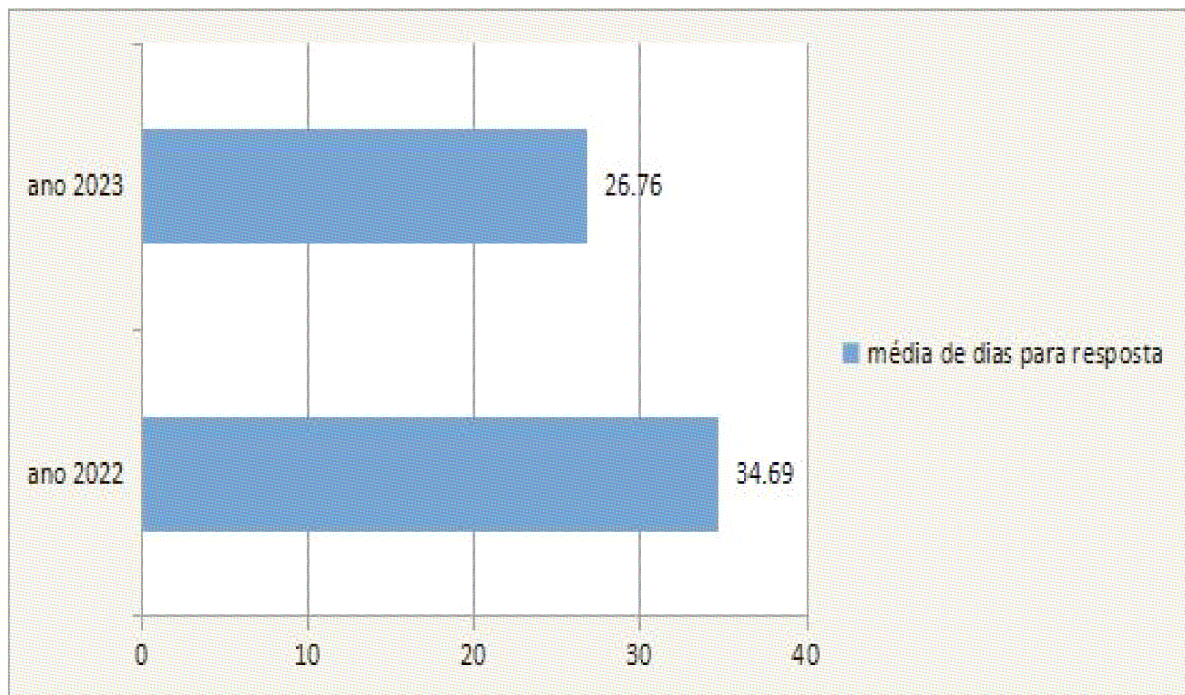
SÉRIE HISTÓRICA DAS MANIFESTAÇÕES MENSAL - 2023



Fonte: Painel resolveu (CGU)

Gráfico 2 – Quadro histórico

Tempo médio de resposta



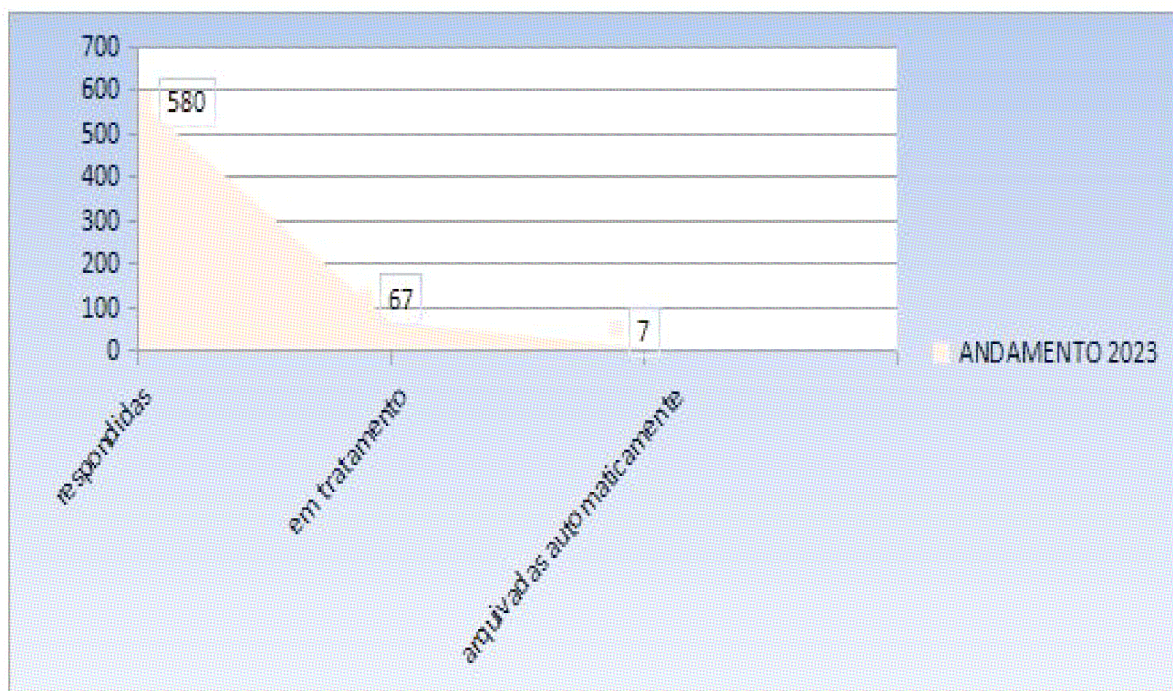
Fonte: Painel resolveu (CGU)

Gráfico 3 – Quadro tempo médio de resposta



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

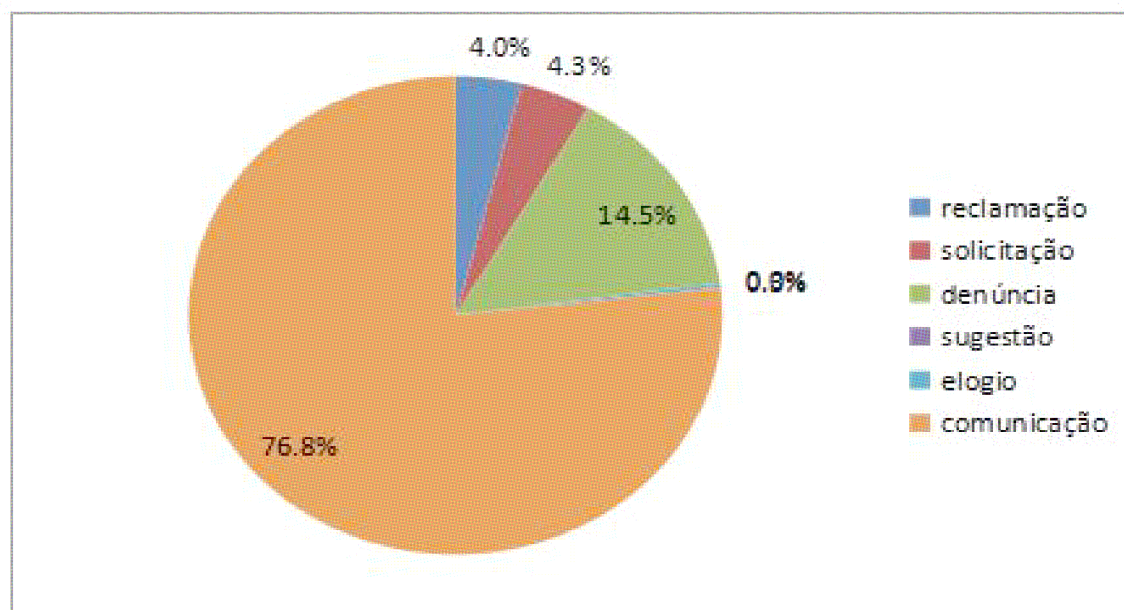
ANDAMENTO - 2023



Fonte: Painel resolu (CGU)

Gráfico 3 – andamento das manifestações

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA EM 2023



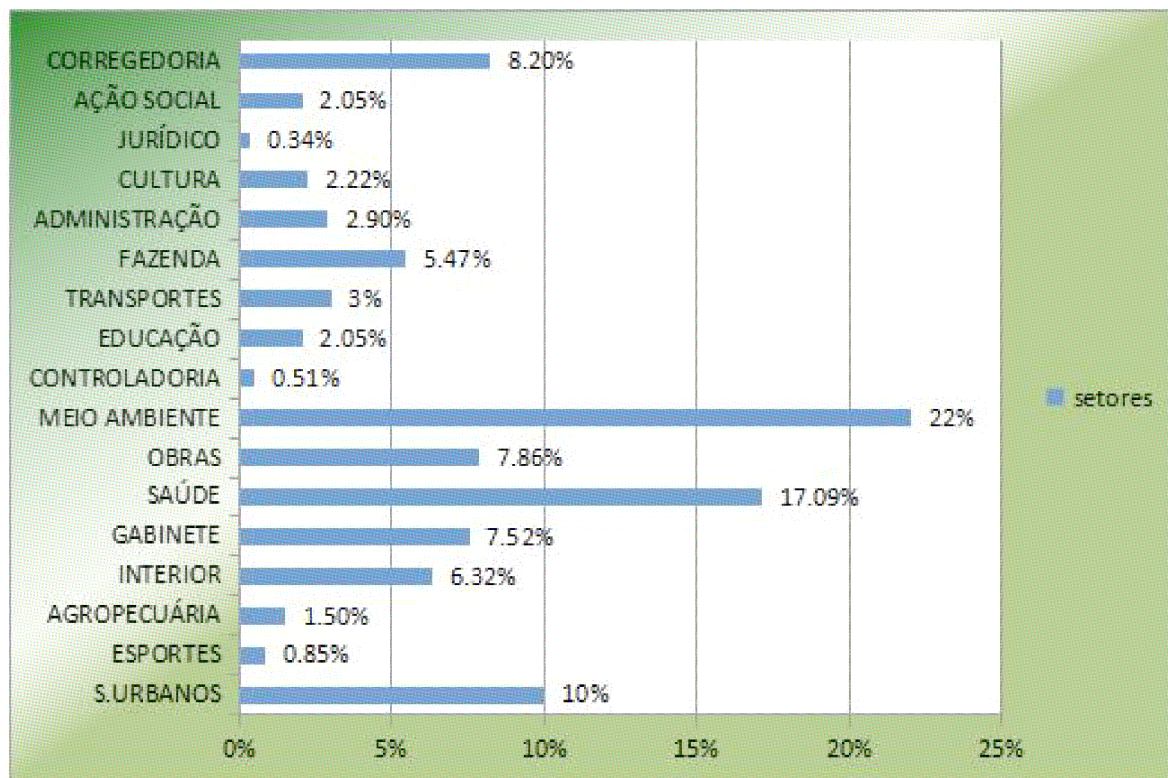
Fonte: Painel resolu (CGU)

Gráfico 4 – Tipos de manifestações



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES - 2023



Fonte: Ouvidoria Municipal

Gráfico 5: Manifestações por setor

QUANTO A RESOLUTIVIDADE (A sua demanda foi resolvida).



Fonte: Painel resolveu



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

QUANTO A SATISFAÇÃO (Você está satisfeito (a) com o atendimento prestado?)



Fonte: Painel resolução

Gráfico 7: Satisfação do cidadão



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Acesso a Informação

Situação	Nup	Data de Cadastro	Prazo de Atendimento	Situação da Reclamação	Data de Resposta	Especificação Decisão	Responsável pela Resposta	Destinatário do recurso de 1ª instância	Prazo recurso 1ª instância	Situação do Recurso	Tipo de Pessoa	Escolaridade	Profissão	Gênero	Município	Estado
Concluída	00938202300004200	25/01/2023	14/02/2023	Sem reclamação	30/01/2023	Acesso Concedido	Nilton Capaz	Nilton Capaz	09/02/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300004804	31/01/2023	23/02/2023	Sem reclamação	23/02/2023	Acesso Concedido	Solimar dos Santos Pereira	Pedagogo	06/03/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300019313	06/04/2023	02/05/2023	Sem reclamação	10/04/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Esportes	Estefane (Secretaria de Esportes)	20/04/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300019402	06/04/2023	02/05/2023	Sem reclamação	10/04/2023	Acesso Concedido	Setor de Escrituração	Controladoria Geral	20/04/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300021563	13/04/2023	03/05/2023	Sem reclamação	03/05/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Administração	Controladoria Geral	15/05/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300024236	27/04/2023	17/05/2023	Sem reclamação	17/05/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Cultura	Secretário de Cultura	29/05/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300029467	06/06/2023	26/06/2023	Sem reclamação	28/06/2023	Acesso Negado	Secretaria Jurídica e Gabinete	Advogada - Hellen Kuster Ribeiro	10/07/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300034703	04/07/2023	24/07/2023	Sem reclamação	26/07/2023	Acesso Parcialmente Concedido	Vigilância Ambiental e Secretaria de Cultura	Controladoria Geral	07/08/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300036161	14/07/2023	07/08/2023	Sem reclamação	07/08/2023	Acesso Parcialmente Concedido	Secretaria de Esportes	Prefeito Municipal	17/08/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300036242	14/07/2023	07/08/2023	Sem reclamação	14/07/2023	Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	Ouvidoria Municipal	Controlador Geral	24/07/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300036919	19/07/2023	08/08/2023	Sem reclamação	19/07/2023	Acesso Concedido	Controlador Geral	Controlador Geral	31/07/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300040274	01/08/2023	21/08/2023	Sem reclamação	09/08/2023	Acesso Concedido	Gerente de Pessoal e Inspectora Escolar	Secretaria de Recursos Humanos	21/08/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300041327	07/08/2023	28/08/2023	Sem reclamação	10/08/2023	Acesso Concedido	Gerente de Pessoal	Controladoria Geral	21/08/2023	Sem recurso						
Cadastrada	00938202300042307	08/08/2023	29/08/2023	Sem reclamação	-	Aguardando usuário retirá-la				Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300042480	08/08/2023	29/08/2023	Sem reclamação	28/08/2023	Acesso Concedido	Controladoria Interna / Portal da Transparência	Controladoria Interna / Portal da Transparência	08/09/2023	Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES



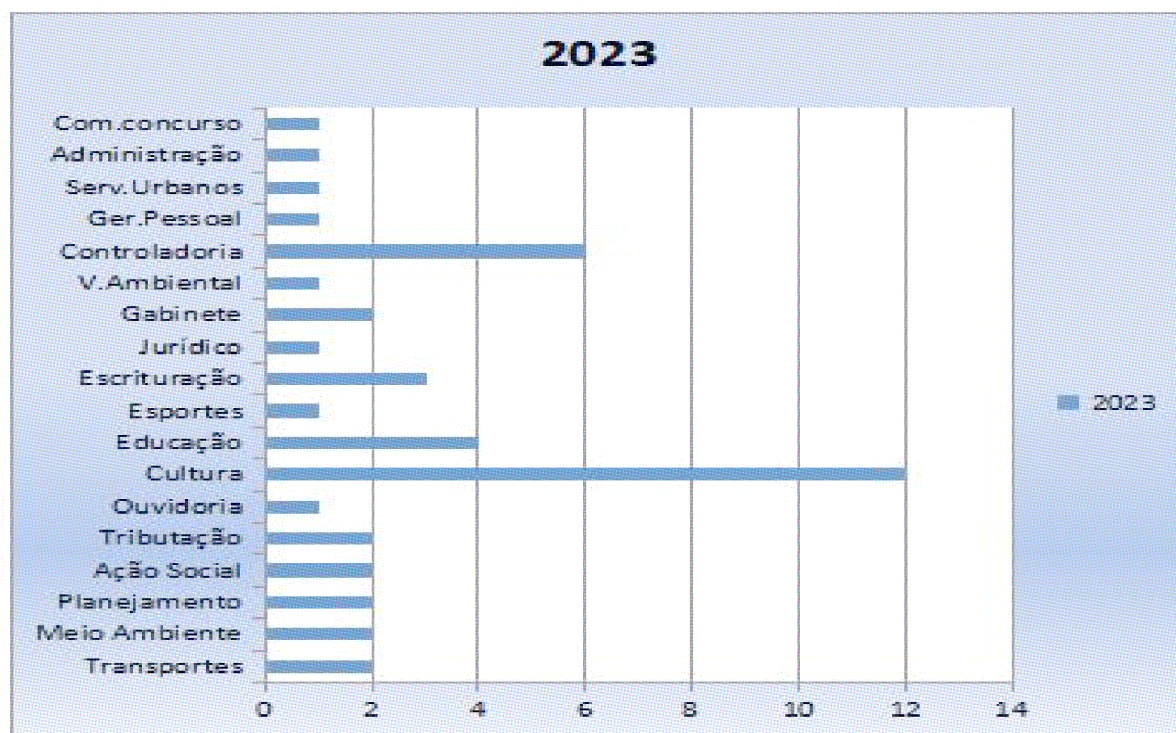
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Cadastrada	00938202300042803	11/08/2023	04/09/2023	Sem reclamação	-	Aguardando usuário retirá-la				Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300043028	11/08/2023	04/09/2023	Sem reclamação	06/09/2023	Acesso Concedido	Secretário de Transportes	Controladoria Geral	18/09/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300043109	11/08/2023	04/09/2023	Sem reclamação	01/09/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Serviços Urbanos	Secretaria de Serviços Urbanos	11/09/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300044261	21/08/2023	11/09/2023	Sem reclamação	01/09/2023	Acesso Parcialmente Concedido	Ouvidoria Municipal	Controladoria Geral	11/09/2023	Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300044342	21/08/2023	11/09/2023	Sem reclamação	11/09/2023	Acesso Negado	Ouvidoria Municipal	Controladoria Geral	21/09/2023	Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300047015	30/08/2023	19/09/2023	Sem reclamação	31/08/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Controladoria Geral	11/09/2023	Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300047791	04/09/2023	25/09/2023	Sem reclamação	06/09/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Cultura e Turismo	Secretário de Cultura e Turismo	18/09/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300051802	02/10/2023	23/10/2023	Sem reclamação	05/10/2023	Acesso Concedido	Controlador Geral	Controlador Geral	16/10/2023	Sem recurso						
Concluída	00938202300053414	11/10/2023	06/11/2023	Sem reclamação	14/11/2023	Acesso Concedido	Secretaria Administrativa e Setor Jurídico	Secretaria Administrativa e Setor Jurídico	24/11/2023	Sem recurso	Pessoa Física			F	Santa Maria de Jetibá	ES
Concluída	00938202300054496	16/10/2023	06/11/2023	Sem reclamação	20/10/2023	Acesso Concedido	CECP	CECP	30/10/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300054810	18/10/2023	07/11/2023	Sem reclamação	19/10/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	30/10/2023	Sem recurso	Pessoa Física	Ensino Superior	Estudante	M	Rio Branco	AC
Concluída	00938202300055387	19/10/2023	08/11/2023	Sem reclamação	20/10/2023	Acesso Concedido	Controlador Geral	Controlador Geral	30/10/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300055549	23/10/2023	13/11/2023	Sem reclamação	23/10/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	03/11/2023	Sem recurso	Pessoa Física	Ensino Superior	Servidor público municipal	M	Governador Valadares	MG
Concluída	00938202300056197	24/10/2023	13/11/2023	Sem reclamação	06/11/2023	Acesso Concedido	Controlador Geral	Controlador Geral	16/11/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300056359	24/10/2023	14/11/2023	Sem reclamação	25/10/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	06/11/2023	Sem recurso	Pessoa Física	Ensino Superior		M	Serra	ES
Concluída	00938202300056430	24/10/2023	14/11/2023	Sem reclamação	25/10/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	06/11/2023	Sem recurso	Pessoa Física	Ensino Superior		M	Serra	ES
Concluída	00938202300060976	23/11/2023	13/12/2023	Sem reclamação	29/11/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria e Secretaria de Ação Social	Controladoria Geral	11/12/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300061948	28/11/2023	18/12/2023	Sem reclamação	28/11/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	08/12/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300062081	28/11/2023	18/12/2023	Sem reclamação	29/11/2023	Acesso Concedido	Ouvidoria Municipal	Ouvidoria Municipal	11/12/2023	Sem recurso	Pessoa Física					
Concluída	00938202300065692	18/12/2023	08/01/2024	Sem reclamação	27/12/2023	Acesso Concedido	Secretaria de Esportes	Controladoria Geral	08/01/2024	Sem recurso						



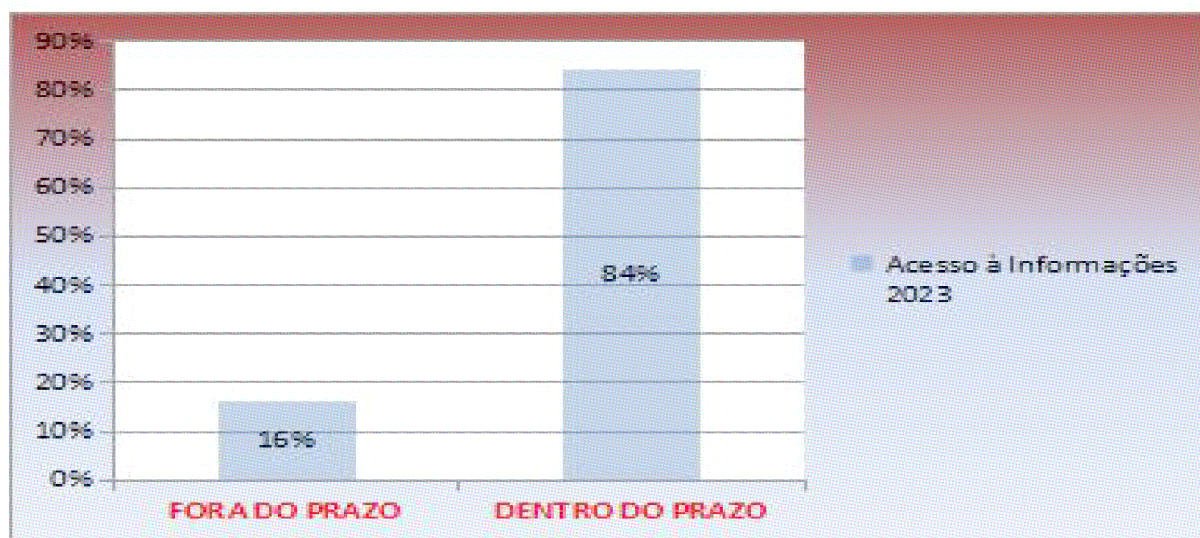
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SETORES DEMANDADOS DE INFORMAÇÕES



Fonte: [folhaBR](#)

RESPOSTAS ENTREGUES EM 2023



Fonte: [folhaBR](#)



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

3.4. Corregedoria Geral

NUP	ASSUNTO	PROCESSO	DESTINO
009382023000069-20	Servidora está exercendo trabalho de motorista de transporte escolar	Proc.1836/2023	Sindicância encontra-se em andamento.
009382023000073-07	Denúncia contra servidores do Posto de Saúde - Aduzindo que a médica chega atrasada atende alguns paciente e vai para cozinha se juntar com as outras servidoras para conversarem, as risadas dão para ouvir na recepção a qual fica sozinha que as servidoras estão na cozinha ou na sala de enfermagem de portas fechadas conversando. Para retirada de remédio a denunciante já chegou esperar 25 minutos, e a dentista que foi tentar ajudar	Proc.1854/2023	Arquivado
009382023000080-36	Agente de Saúde grossa com a Doutora que tinha chegado na recepção, falando alto, mal educada com o pessoal do Posto	Proc.1981/23	Arquivado
009382023000089-74	Servidor alega que está sofrendo perseguição pelo seu gerente	Proc. 2054/2023	Arquivado
009382023000093-51	Na sexta feira 17/02/2023, todos os servidores do ESF não foram trabalhar, somente a médica compareceu e dispensou os pacientes, pois não havia ninguém no posto para pegar as fichas e etc. Citou também o nome de outros servidores que faltam constantemente.	Proc. 2161/2023	Arquivado
009382023000094-31	Professora de Educação infantil trata as crianças com grosseria e até algumas crianças não querem ir mais as aulas em decorrência da professora .	Proc. 2162/2023	Arquivado
009382023000095-12	O servidor adentra em todas as secretarias e interfere nas conversas, e ainda fala mal do Prefeito, utiliza o o carro da prefeitura para resolver assuntos particulares.	Proc. 2163/2023	Arquivado
009382023000109-52	Servidor está trabalhando armado e não está no estado da capacidade mental estável e que pode causar uma tragédia.	Proc. 2466/2023	Arquivado
009382023000113-39	Denuncia em face do Motorista sem paciência, chegando atrasado nas saídas, não confere se os passageiros que estão entrando no ônibus é para a respectiva rota, não verifica a listagem, não avisa que está chegando em um determinado hospital, visto que nem todos conhecem o local. Sem contar ser extremamente mal educado e	Proc. 2527/2023 com apensamento ao processo nº 11140/2022	Encaminhado à SECSAU para providenciar monitor no veículo e após, o

Rua Dalmácio Espindula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

	ignorante .		processo foi arquivado.
009382023000118-43	Médico demora no atendimento do horário marcado, mesmo não tendo pacientes esperando, não presta atenção as demandas do paciente, somente pede para escolher uma patologia, pois não em tempo de dar atenção a todas as queixas do paciente, sempre informando que não tem tempo para ficar demorando no atendendo, pois estava com pressa .	Proc. 2653/2023	Arquivado
009382023000124-91	Técnica de Enfermagem, passou outra criança na frente sob a alegação que estava com o estado mais grave, e segundo a denunciante a criança só machucou a mão não havia sangue ou qualquer machucado segundo a denunciante a genitora conversou com a técnica e passou a criança na frente, sendo que seu filho estava com bronquite com dificuldade de respirar.	Proc. 2738/2023	Denúncia inapta, sem elementos para prosseguimento. Arquivado
009382023000131-10	Servidora Pública saiu de licença para fazer cirurgia plástica, está de atestado há mais de 15 dias mas fica andando de bicicleta pela rua, mostrando que está em condições de voltar para o trabalho.	Proc. 2911/23	Arquivado
009382023000137-06	O Servidor tratou mau o cidadão que saiu reclamando muito e todos viram...	Proc. 3011/2023	Arquivado
009382023000143-54	Servidora Pública atendeu uma Munícipe com grosseria informando que o valor informado nenhuma família sobreviveria e solicitou que a requerente colocasse o valor a maior de 1.000,00, porém informou que não tinha tempo para lançar no momento, quando a requerente foi verificar o motivo da demora foi informada que foi indeferido, pois em vez da Servidora colocar o valor por mês a mesma somou o valor constando que a família recebia R\$ 10.000,00 ao mês .	Proc. 3113/23	Arquivado
009382023000151-64	Servidor não está fazendo atendimento direito. Não passa informação necessária para a Contadora que precisa do endereço do seu cliente.	Proc. 3207/2023	Encaminhado para a SECFAZ para manifestação do Secretário
009382023000174-50	Diversos servidores estão fazendo piadinhas com palavras desconfortáveis de baixo nível para várias mulheres que passam ali - próx.a escola Pommer (esquina) sentido	Proc. 3545/2023	Arquivado

Rua Dalmácio Espindula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

	Graça Aranha.		
009382023000176-12	A Servidora fez uma reclamação contra outra servidora.	Proc. 3550/2023	Arquivado
009382023000180-07	Servidora vai várias vez ao médico, não volta mais para o trabalho e não traz as declarações para a Medicina do trabalho nem para o Setor.	Proc. 3620/2023 apensado ao Proc. 2911/23	Arquivado
009382023000182-60	Servidor supostamente assediando candidatas a Rainha Pomerana	Proc. 3664/2023	Arquivado
009382023000197-47	Agente de Saúde não vai a casa fazer cartão do AMA como prometeu, falta e não põe ninguém no lugar - cidadã de pré-natal precisa de atendimento	Proc. 3838/2023	Arquivado
009382023000211-30	O Motorista deixa os alunos em local escuro e com chuva e ainda já atropelou cães na região e ameaça fazer isso novamente	Proc. 3948/2023	Arquivado
009382023000212-10	Servidora nunca está na sala e só ela faz o trabalho. Pede providências	Proc. 3966/2023	Arquivado
009382023000219-97	População não tem visitas de Agente de Saúde. Diz estarem esquecidos e que a Agente de Saúde ficou 6 anos de licença.	Proc. 4170/2023	Encaminhado para a Controladoria. Suspendido temporariamente. Aguardar a finalização do PAD ref. ao Proc. 6791/2021.
009382023000241-55	A funcionária encontra-se ATIVA no Portal da Transparência, sendo que a mesma não está trabalhando e a última licença terminou em 14.10.2022	Proc. 4553/2023	Arquivado
009382023000254-70	Servidora Pública deveria cuidar dos banheiros públicos mas não cuida. Só abre de manhã e vai embora para cuidar de assuntos particulares.	Proc. 4674/2023	Arquivado
009382023000258-01	Denúncia Grave contra Servidora aos beijos no Posto de Saúde de portas fechadas da sala de vacinação e da cozinha.	Proc. 4758/2023	Arquivado
009382023000259-84	O médico está atendendo pessimamente, primeiro recusou-se a atender pela manhã, depois ao meio dia porque falou que iria fazer visita e depois de meio dia iria atender, mas falou que tinha que acabar com esse negócio de "Atestado Médico" - mãe levou sua filha com dor de cabeça, garganta e outros.	Proc. 4759/2023	Arquivado

Rua Dalmácio Espindula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

009382023000261-07	Cidadão insatisfeito pelo uso do dinheiro público para o show do Frank Aguar - sugerindo contratar bandas locais.	Sem processo - entregue em mãos ao Servidor Renato	SECTUR
009382023000267-94	Criança sofre bullying de colegas e professor	Proc. 5012/2023	Foi realizada a transferência da menor para o turno vespertino. Arquivado
009382023000271-70	Servidor da Vigilância Sanitária fica o dia todo nas redes sociais e whatsapp.	Sem processo	Arquivado
009382023000273-32	Denúncia de má conduta da Assistente Social, que trabalha na Secretaria de Ação Social.	Proc. 5246/2023	Arquivado
009382023000298-91	A Servidora (Assist.Social) retirou o direito da assistida de continuar recebendo cestas básicas, porque afirmou que os pais dela estariam ajudando-a.	Proc. 6081/2023	Arquivado
009382023000314-45	Registro quanto ao péssimo atendimento da Servidora.	Proc. 6355/2023	Arquivado
9382023000331-46	Motorista da Saúde deixa paciente idosa em Vitória, pois o exame atrasou, e retorna para Santa Maria. A acompanhante fez a denúncia.	Proc. 6577/2023	Arquivado
9382023000339-01 APENSADO NUP 00938.2023.000340-37	Insatisfação com atendimento médico.	Proc. 6665/2023	Arquivado
9382023000348-94	Funcionário Público em horário de expediente, agride cidadão por conta do cachorro de estimação do cidadão	Proc. 6798/2023	Arquivado
9382023000343-80	Denúncia de que o Servidor da Educação estava ganhando hora "extra" tocando em várias bandas no evento PommerBier.	Proc. 6749/2023	Arquivado
009382023000366-76	Denúncia sobre o mal atendimento que os Agricultores recebem no INCRA.	Proc. 7274/2023	Servidora advertida. Arquivado

Rua Dalmácio Espindula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

009382023000444-23	O Secretário de Cultura e o Sr. XXX acertaram um valor extra oficial referente a ampliação das barracas da Festa com parceria com as outras barracas das Sras. XXX para aumentar as barracas de ambas contratantes - segundo documento anexo encaminhado, ficou acertado em 500,00 com o Secretário.	Proc. 8392/2023	Controlador
009382023000447-76	Reclamação do atendimento da funcionária na Assistência Social	Proc. 8434/2023	Encaminhado para a SETDAS por se tratar de funcionária de empresa terceirizada.
009382023000449-38	Reclamação do atendimento da funcionária, no Posto de Saúde de São Luis.	Proc. 8442/2023	Arquivado
009382023000479-53	Reclamação sobre a má postura da servidora.	Proc. 8922/2023	Arquivado
009382023000509-03	Má conduta servidora	Proc. 9568/2023	Arquivado
009382023000512-09	Há indícios que a servidora omitiu informações para ocupar cargo na Prefeitura de S.M.J - Carga horária não compatível com a do outro município de Santa Leopoldina	Proc.9595/2023 - apensado ao Proc. 2398/2023	Foi apurado através de Sindicância com mesmo teor no Proc. 2398/2023. Arquivado
009382023000547-39	Reclamação contra Servidora - Varredora de Rua.	Proc.10264/2023	Arquivado
009382023000551-15	Denúncia de Irregularidade de funcionária da Educação	Proc.10281/2023	Justificativas abonadas. Arquivado
009382023000554-68	Atendimento servidora saúde - email relatando que servidora se recusa a aceitar um pedido de encaminhamento feito pelo ortopedista, após procedimentos cirúrgico e marcar para paciente uma Seção de fisioterapia.	Proc.10322 /2023	Arquivado

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Das Sindicâncias e/ou de Procedimento Administrativo Disciplinar ou Procedimento administrativo específico que tiveram estabelecido ressarcimento ao erário ou algum outro pagamento estabelecido em favor da Administração Pública, os quais este Controle Interno está monitorando:

I. PCA/2021:

Processo nº 008982/2021

NUP: 00938.2021.000530-38 e 00938.2021.000531-19

Assunto: Servidor Público - Professora afastada por licença médica no Município e trabalhando normalmente na Escola Estadual Frederico Boldt.

Órgão: Secretaria de Educação

Decreto Municipal nº 1392/2021 - Determina a abertura de Sindicância para apurar os fatos narrados no Processo nº 8982/2021.

Situação: Em andamento, **com Prazo previsto no Decreto nº 126/2022 vencido.** Foi emitido recomendação para adoção de providências administrativas junto à Comissão de Sindicância.

II. PCA/2022:

Processo nº 006620/2022

NUP: 00938.2022.000365-69 e 00938.2023.000140-01

Assunto: Comércio funcionando após o horário permitido perturbando a vizinhança.

Órgão: Secretaria de Serviços Urbanos

Situação: Emissão de auto de infração e de multa, com inscrição em dívida ativa

Processo nº 6267/2020

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

NUP: 00938.2020.000186-13

Assunto: Servidor Público

Órgão: Secretaria de Saúde

Decreto Municipal nº 893/2020 - Determina a abertura de PAD

Situação: processo de ressarcimento e aplicação de penalidade, atualmente em proposta de ANPC

Processo nº 009254/2020

NUP: 00938.2020.000352-91

Assunto: Irregularidades - Servidor Municipal

Órgão: Secretaria de Fazenda

Situação: Após PAD instaurado pelo Decreto nº 005/2022 aplicou-se a sanção disciplinar de Suspensão de 15 dias e ressarcimento ao erário. Desta forma, através do Processo nº 3502/2023 tramita a cobrança e sob o Processo nº 9254/2020 as penalidades disciplinares.

III. PCA/2023:

Processo nº 7054/2019

Assunto: Servidor Municipal

Órgão: Secretaria de Saúde

Situação: Após PAD instaurado pelo Decreto nº 1227/2021 no qual o servidor não retornou ao trabalho após a licença sem remuneração.

Processo nº 2870/2022

NUP: 00938.2023.000241-55 (Processo nº 4553/2023)

Assunto: Servidor Municipal

Órgão: Secretaria de Educação

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Situação: Após PAD instaurado pela Portaria nº 1295/2023 no qual a servidora não retornou ao trabalho após a licença para tratamento em pessoa da família.

É o relatório.

Santa Maria de Jetibá, 25 de abril de 2024.

Sebastião Luiz Siller
Controlador Geral Interno
Decreto nº 278/2019
CRC-ES - 007195/O

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES